

CÂMARA MUNICIPAL DE ORÓS

PROTÓCOLO Nº 322/2025

RECEBI HOJE, 32/08/25

Guilherme D. Rêgo

SERVIDOR(A)



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ORÓS**  
LEGISLATIVO A SERVIÇO DO POVO

## PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 022 /2025

O vereador que a esta subscreve, no exercício do mandato legislativo, vem à honrosa presença de V.Exas., nos termos das disposições do Art. 110, IX do Regimento da C.M.O INDICAR à Senhora Prefeita Municipal, que através de Projeto de Lei **PROMOVA A SUBVENÇÃO AOS PACIENTES QUE FAZEM TRATAMENTO NOUTROS MUNICÍPIOS**".

A subvenção de pacientes com tratamento fora do município, também conhecido como Tratamento Fora de Domicílio (TFD), é um direito garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). **O TFD VISA ASSEGURAR O ACESSO À SAÚDE PARA AQUELES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTOS QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM SEUS MUNICÍPIOS DE ORIGEM, COBRINDO DESPESAS COM TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM.**

Importância da Subvenção:

**Acesso à saúde:**

Permite que pacientes tenham acesso a tratamentos especializados e procedimentos médicos que não são oferecidos em suas cidades, garantindo o direito à saúde, mesmo que o tratamento precise ser realizado em outro município.

**Redução do sofrimento:**

Ao garantir o apoio financeiro para deslocamento, alimentação e hospedagem, o TFD diminui o ônus financeiro para o paciente e sua família, permitindo que o foco seja no tratamento e recuperação.



[www.camaraoros.ce.gov.br](http://www.camaraoros.ce.gov.br)



Avenida José Fares Lopes, Nº S/N  
Centro - CEP: 63520-000, Orós-CE



administrativo@camaraoros.ce.gov.br  
presidencia@camaraoros.ce.gov.br  
contabilidade@camaraoros.ce.gov.br  
CNPJ 06.737.308/0001-09



**Garantia de direitos:**

O TFD é um direito garantido pela legislação brasileira, e sua subvenção é fundamental para que esse direito seja efetivamente cumprido, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de saúde que necessitam.

**Responsabilidades:**

O TFD é uma responsabilidade compartilhada entre os entes federativos (União, estados e municípios), que devem garantir os recursos financeiros e a estrutura necessária para o atendimento do paciente.

Os municípios e estados são responsáveis por definir a forma como o TFD será operacionalizado, incluindo a definição de critérios, rotinas, fluxos e recursos financeiros.

O Ministério da Saúde estabelece normas e diretrizes para a execução do TFD, buscando garantir a uniformidade e qualidade do atendimento em todo o país.

**Em resumo:**

A subvenção de pacientes com tratamento fora do município é um importante instrumento para garantir o acesso à saúde, reduzir desigualdades e promover a equidade.

Orós-Ceará 04 de Agosto de 2025

Rafael Silva de Freitas

VEREADOR

